

1 **ATA DA 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - (CNDM).** Nos dias trinta
2 um e primeiro de agosto de dois mil e dezessete, na cidade de Florianópolis-SC realizou-se a
3 quinquagésima primeira Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No dia 31 de
4 agosto de dois mil e dezessete a reunião iniciou com a **Cerimonialista** apresentando os participantes da
5 reunião: Boa tarde a todos e a todas. Sejam todas bem-vindas ao Estado de Santa Catarina. Com muita
6 honra que estamos aqui para a mesa de abertura da quinquagésima primeira reunião do Conselho
7 Nacional dos Direitos da Mulher. Para compor a mesa de abertura, antes da reunião do Conselho,
8 chamamos aqui à frente a Secretária Nacional de Política para as Mulheres, e Presidente do Conselho
9 Nacional dos Direitos da Mulher, senhora **Fátima Lúcia Pelaes**. Representando o governador do Estado
10 de Santa Catarina, senhor João **Raimundo Colombo**, o secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho
11 e Habitação, e Deputado Estadual, **Valmir Comin**. A Deputada Estadual, **Dirce Heiderscheidt**, neste ato,
12 também representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Deputado
13 Silvio Dreveck. A Deputada Estadual, e Coordenadora da bancada feminina da Assembleia Legislativa do
14 Estado de Santa Catarina, senhora Luciana Carminati, neste ato, representada pela senhora **Santina**
15 **Marafon**. A Coordenadora Estadual da Mulher, senhora **Aretuza Larroyd**. A Diretora Estadual dos Direitos
16 Humanos, senhora **Maria Elisa Decario**. A Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos da
17 Mulher, senhora **Ester de Paula Araújo**. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher,
18 senhora **Sheila Sabag**. Gostaria de aqui registrar e agradecer a presença, da senhora **Fabiana de Souza**,
19 Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. A Chefe de Gabinete da Secretaria de
20 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, senhora **Kelly Dalalana**. A Assessoria de Comunicação
21 da SST, jornalista **Kenia Pacheco**. Elaine Oto, Secretária Parlamentar da Deputada Federal **Carmem**
22 **Zanoto**. **Mariane Tilman**, Presidente do Fórum das Instancias dos Partidos Políticos de Santa Catarina.
23 **Ana Rosa Silveira**, da Presidência e Casa Civil e, também, aqui representando o senador Dario Berger.
24 Todas as conselheiras aqui presentes, muito obrigada. **Maria Elisa Decario** – Boa tarde a todas, eu queria
25 enaltecer o objetivo real de vocês, que é sempre estar discutindo políticas públicas, na área dos direitos
26 da mulher. Como Direitos Humanos, eu só posso lembrar que as mulheres são sempre aquelas que lutam
27 para muito mais do que as suas próprias questões. Então, olhamos de forma sistêmica as mulheres: a
28 mulher no trabalho, a mulher deficiente, a mulher quilombola, a mulher indígena. As mulheres todas se
29 unem sempre para lutar por todas nós, que somos múltiplas. **Aretuza Larroyd** - Boa tarde a todos, eu
30 quero dizer que A Rede Brasil Mulher está prestes a ser lançada e, Santa Catarina estará sim,
31 comprometida com esse programa. **Santina Marafon** - Boa tarde a todas e a todos gostaria de informar
32 que, no dia oito de agosto, fará uma audiência pública para discutir a violência contra a mulher, em Santa
33 Catarina. Vai ser as nove horas, no Plenarinho da Assembleia. Além disso, ainda, a bancada feminina está
34 organizando treze seminários em todo o Estado, para discutir a violência contra a mulher.

35 **Cerimonialista** – Muito obrigada, Santana. Com a palavra, a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, neste
36 ato, também representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o
37 Deputado Silvio Dreveck. **Dirce Heiderscheidt** – Muita obrigada. Uma saudação especial a todos vocês,
38 que vieram participar desse momento importante para nós mulheres, de fortalecimento. Eu quero dizer
39 para vocês, hoje, vim aqui especialmente, lógico, representar o nosso Presidente, mas, vim dizer para
40 vocês, que a minha luta, a luta da Deputada Luciane Carminati, a luta da Deputada Ana Paula Lima, na
41 assembleia, sempre é – e vocês são sabedoras disso – no fortalecimento das mulheres, no
42 empoderamento das mulheres. Com isso, criamos também, na assembleia, quando estávamos
43 coordenadoras – porque lá, secretário, temos um acordo: a cada ano que passa, uma das nossas
44 parlamentares são coordenadoras da bancada feminina. No meu período, eu tive o prazer de
45 institucionalizar a bancada feminina, foi um ato importante também. Lá, eu criei o Fórum de Violência e
46 Combate à Violência Contra a Mulher. O Fórum em defesa da saúde da mulher. E, através dessas ações,
47 de audiências públicas do Estado, que estamos acompanhando, vendo, e vocês também, o número
48 altíssimo de violência contra as mulheres, tivemos a oportunidade de criar o Disque Cento e Oitenta, que
49 é um projeto de lei nosso, que faz com que todos os estabelecimentos de Santa Catarina, sejam
50 identificados com o Disque Cento e Oitenta. Quero desejar a todas, uma tarde maravilhosa que, com
51 certeza, vamos ter um conteúdo fantástico. E, de pedir à nossa secretária: nos ajude, nos ajude no
52 fortalecimento, para que possamos, cada vez mais, nos empoderar, cada vez mais estar com esse olhar
53 carinhoso nas nossas mulheres de Santa Catarina. E, me coloco à disposição. **Cerimonialista** – Muito

54 obrigada, Deputada. Com a palavra, o Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, e
55 Deputado Estadual, Valmir Comin. **Valmir Comin** – Obrigado, Dirce. Senhora Secretária, já de pronto, peço
56 que transmita o nosso abraço, o abraço do Governo catarinense, ao senhor Presidente da República, a
57 toda a sua equipe que, aqui, quero agradecer, desde o MDS, até as instâncias de Governo, de maneira
58 especial, da Presidência. Dizer de a satisfação de poder participar desse momento. É tão singular. Eu,
59 depois de vinte e oito anos de vida pública, veio o convite para exercer a condição do executivo do Estado,
60 na condição de Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. É uma pasta muito
61 ampla. Eu lhes confesso que foi uma preocupação intensa, até a tomada de decisão. Depois de refletir
62 muito, eu pensei: para todos nós, Deus tem um propósito na vida. Se o convite veio, é que era para nós
63 aceitarmos o desafio. Eu lhes confesso que foi só estando na condição de Secretário, depois de vinte e
64 oito anos, para entender na essência o que realmente se estabeleça à questão da área social. Nós falamos
65 tanto em violência, nós falamos, por exemplo, Santa Catarina, somos o Estado da excelência, mas também
66 temos as nossas dificuldades. Temos aqui, praticamente, um milhão de pobres. Nós temos, aqui também,
67 um déficit de cento e cinquenta e cinco mil famílias sem residência. Dependendo de aluguel, de favor, ou
68 morando sei lá aonde. Então, os problemas também se acentuam aqui. É claro que, se você comparar
69 uma Paraíba, que tem cinquenta e sete por cento da população em estado crítico..., mas não é por essa
70 condição que nós temos que nos acomodarmos. E nós temos sérios problemas sim, e precisamos fazer o
71 enfrentamento. Se quisermos suprir essas demandas de alta complexidade, só existe uma maneira, é
72 através da prevenção, através da vertente da assistência social, Deputada Dirce. Aqui, nós vamos já
73 estartar o processo, a partir do dia três, onde teremos uma capacitação. Está vindo, inclusive, o Ministério
74 das Cidades, com o Silvio Figueiredo, que é o Diretor de Regularização Urbana do País. E, também, o SPU,
75 através do Secretário Geral, que vai estar aqui, em Santa Catarina, para capacitar os gestores da
76 assistência social, os gestores públicos, para fazerem esse enfrentamento. Secretária, nós conversávamos
77 aqui, anteriormente, nós temos dois ônibus que estavam parados, na verdade. A partir do momento em
78 que assumimos, procuramos fazer um espelho de toda a situação, e percebemos que seria uma vertente
79 que nós poderíamos intensifica-la, estartá-la e intensifica-la. E nós estamos fazendo. O ônibus está
80 percorrendo o Estado de Santa Catarina, numa parceria com as ADRs, com os Prefeitos. Porque, quando
81 o recurso é escasso, a parceria é fundamental, é indispensável nesse processo. Onde a Aretuza, e sua
82 equipe, e a secretaria como um todo, está presente, tanto na área urbana quanto na área rural, buscando
83 disseminar, mostrando os direitos, os deveres e obrigações também, porque não? Temos que acentuar
84 essas questões. E vamos procurar fazer, cada vez mais, o efeito multiplicador. Estamos diante de um
85 momento crítico do cenário político nacional – e, aqui, já vou encerrar minha participação -, onde os
86 convênios estão sendo cada vez mais restritos. E vamos procurar fazer, cada vez mais, o efeito
87 multiplicador. Estamos diante de um momento crítico do cenário político nacional – e, aqui, já vou
88 encerrar minha participação -, onde os convênios estão sendo cada vez mais restritos. **Cerimonialista** –
89 Muito obrigada, secretário. Neste momento, para finalizar, fará uso da palavra a Secretária Nacional de
90 Política para as Mulheres, e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, senhora Fátima
91 Lúcia Pelaes. **Fátima Lúcia Pelaes** – Boa tarde. Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde. Quero saudar todas
92 as nossas conselheiras que estão aqui presentes. Também, todas as outras que estão aqui do Governo do
93 Estado também. Pessoas que vieram também prestigiar esse momento. Muito obrigada por estarem
94 presentes todos aqui. Muito obrigada, senhor secretário. Agradeço, em seu nome, toda a sua equipe, e
95 ao senhor governador o apoio que foi dado aqui, neste evento que estamos fazendo, que foi aprovado
96 em plenário, no Conselho, quando nós fizemos a proposta de que queríamos fazer o nosso Conselho
97 itinerante. Porque, o Conselho itinerante nos permite estar vivenciando as questões locais, como o senhor
98 acabou de falar. Conversávamos ontem, ainda há a pouco, pela manhã, com a Aretuza, e ela dizia isso, da
99 dificuldade que vocês estão vivenciando no ônibus. Tivemos, logo no início da nossa gestão, a Célia
100 colocava da dificuldade. E hoje, novamente, a Aretuza colocava para nós, que já conseguiram colocar para
101 funcionar, mas, com muitas dificuldades. E, logo na sua chegada, nós conversávamos com isso. E, na
102 verdade, não foi feito esse convenio, porque, dentro do nosso Programa de Mulher Viver Sem Violência,
103 quando era dado o nosso ônibus, também era feito o convênio de manutenção. Parece que teve um
104 problema de comunicação, e não foi. Então, nós já nos comprometemos a ir lá, fazer uma análise do que
105 podemos fazer, para retomar e ter esse convênio da manutenção do ônibus, que faz parte do nosso
106 acordo, do Programa Mulher Viver Sem Violência, que vinha sendo feito no Governo passado. E essa é a

107 determinação do nosso Governo, de que, o que vinha dando certo, deve continuar sendo feito. Porque,
108 não é uma política de Governo, mas uma política de Estado. É isso que nós pensamos, é dessa forma que
109 trabalhamos. E, já apresentando aqui também essa rede, que é a Rede Brasil Mulher, que é uma estratégia
110 de trabalho. Não é um programa de Governo, é uma estratégia de trabalho, onde nós queremos juntar as
111 forças do poder executivo, tanto em nível federal, como estadual, como municipal, do poder legislativo
112 também, nos três níveis. Porque nós sabemos do esforço que está sendo feito, em cada Estado, em cada
113 Município. Nós precisamos estar juntos nessa luta, que é uma luta de todos nós, também dentro do poder
114 judiciário, também na sociedade civil, e nas empresas privadas. É de nós nos juntarmos e estimularmos,
115 para que nós possamos fazer uma grande mobilização, a nível nacional, em busca da igualdade. Para que
116 nós, mulheres e homens, possamos viver em igualdade. Os números, hoje, nos assustam. Cada vez mais,
117 nos assustam. No cento e oitenta, nós tivemos, só em dois mil e dezesseis, um milhão cento e trinta e três
118 mil atendimentos. O Brasil ocupa o quinto lugar, hoje, no mundo, em relação a homicídio de mulheres.
119 Esse é um dado que demonstra o quanto precisamos mudar. A Lei Maria da Penha que, agora, completa
120 onze anos, de uma mulher que lutou tanto, que conviveu, que sofreu, que hoje traz no seu corpo a marca
121 de uma violência, na sua vida. A Lei traz noventa por cento de prevenção, e dez por cento de punição.
122 Queremos convidar, senhor Secretário, o Governo do Estado, senhora Deputada Dirce também, à nossa
123 Assembleia, para que possamos assinar, o Conselho Estadual também aqui, Sheila, para assinar conosco,
124 o nosso acordo, para que nós possamos fazer essa grande rede em defesa, no trabalho que possamos
125 promover as políticas públicas voltadas para as mulheres do nosso país. **Cerimonialista** – Dando por
126 encerrada essa mesa de abertura, desejamos um ótimo trabalho a todos, e em especial, às conselheiras
127 do direito nacional dos direitos da mulher. Muito obrigada. **Interlocutor não se identificou** – (...) nossos
128 conselheiros aqui presentes. Vamos, realmente, agora iniciar. Tivemos essa abertura oficial,
129 extraordinária, porque estamos fazendo nossa primeira reunião itinerante, com a participação das nossas
130 autoridades, que vieram prestigiar e fortalecer o nosso Conselho. Queria então, começar a reunião de
131 hoje, lendo a nossa ata. **Sheila** – A minha proposta, então, Presidenta é que, se nós formos, se nós
132 decidirmos por, realmente, discutir, realizar a nossa Conferência Livre, que nos pautemos nas propostas
133 da quarta Conferência Nacional de Política para as Mulheres, na área da saúde, e que retiremos uma carta
134 de recomendação do CNDM, à segunda Conferência Nacional de Saúde das Mulheres. Eu entendo que, aí
135 sim, conseguimos participar. Tiramos uma carta de recomendação também com as propostas que nós
136 julgamos que devam integrar, que devam ser apresentadas. Que, pelos menos, se elas não forem
137 incorporadas ao caderno de propostas, elas serão conhecidas. Eu acho muito interessante, nesse sentido.
138 **Interlocutor não se identificou** – Conselheira Caroline Reis, do MDH. **Caroline Reis** – A minha proposta
139 vai muito no sentido da Sheila, do Conselho se manifestar imediatamente, articular imediatamente junto
140 à comissão organizadora da Conferência, a possibilidade de aceitação das propostas do Conselho. E, caso
141 não tenha tempo hábil de aceitação das propostas que, pelo menos, as façamos disponíveis, para que as
142 pessoas tenham conhecimento. **Interlocutor não se identificou** – Como nós estamos vendo, temos vários
143 assuntos para tratar, em relação à Conferência, a questão da Conferência LIVRE. Vejo que já estamos
144 nesse debate. **Antônia Salgado** – Boa tarde a todas as conselheiras. Antônia Salgado, do MAM. Não basta
145 só aprovarmos essa carta, mas, priorizar, discutir justamente a nossa participação, dentro daquela
146 perspectiva das quatro conselheiras e mais duas vagas. Porque as quatro conselheiras e mais as duas que
147 forem, no caso, seis, vão ter esse papel de fazer a articulação política, dentro do pleno da Conferência
148 Nacional de Saúde. **Interlocutor não se identificou** – A minha proposta é a seguinte: nós não gostaríamos de
149 perder a oportunidade de que o Conselho participasse, e fizesse uma Conferência Livre. Foi por isso que
150 eu pensei: a agenda está muito estreita, e essa nossa dificuldade, me surgiu aqui – até compartilhei
151 rapidamente com a Estela – que nós poderíamos, rapidamente, fazer um dia de evento, e garantiria
152 também a realização dessa Conferência Livre. **Interlocutor não se identificou** – Pois não, Lúcia. Eu fiquei
153 na dúvida, se era Lúcia Helena ou Lúcia Rincon. Na dúvida, eu falei só Lúcia. **Lúcia Rincon** – Bom dia a
154 todas. Lucia Rincon, da União Brasileira de Mulheres. Eu quero registrar para poder ter o direito de
155 encaminhar. Eu acho duas coisas. Foi feita uma degravação, as outras, eram na forma de ata. Eu penso
156 que nós devíamos manter a forma de ata. Essa que foi encaminhada agora para nós, foi só uma
157 degravação. Não é isso? Então, primeiro, eu queria pedir esse encaminhamento, que fosse transformada
158 em forma de ata. **Interlocutor não se identificou** – Eu vi aqui mesmo, tinham algumas coisas que
159 precisavam... não era ponto de interrogação, e eram algumas coisas aqui. Era uma pergunta, alguma coisa.

160 **Rosário** – Rosário, Ministério do Planejamento. A minha sugestão, é que se marque uma data para
161 encaminhamento das propostas de correção da degravação. Porque, senão, fica indefinidamente, e nunca
162 termina. **Interlocutor não se identificou** – Então, na próxima, vamos encaminhar com a data. (Intervenção
163 fora do microfone). Rosário – Estou falando essa daqui. (Intervenção simultânea). Eu acho que seria de
164 hoje para amanhã. **Interlocutor não se identificou** – Essa daqui, seria de hoje para amanhã, já para votar
165 amanhã, aprovar amanhã. Rosário – Não. As pessoas vão mandar propostas de alteração. Eu digo assim:
166 até amanhã, aquela conselheira que achar que precisa fazer algum tipo de correção, que envie até
167 amanhã, no máximo, para a Ester. A Ester vai juntar tudo e vai mandar para nós, de volta, a versão final
168 da ata. O ideal é que venha para nós com uma certa antecedência da reunião do Conselho, e de um prazo
169 para que mandemos propostas de alteração. Fim do prazo, é versão final. Acabou. Eu acho que sete dias
170 corridos, é um prazo suficiente para que todo mundo possa ler e contribuir. Então, sete dias, porque as
171 outras três já foram aprovadas. Acho que sete dias está bom. Quem não mandar, encerra. (Intervenção
172 fora do microfone). Está aprovado? **Interlocutor não se identificou** – Sendo que essa aqui, até amanhã.
173 **Interlocutor não se identificou** – Aprovado? Essa aqui, até amanhã. E, a próxima, sete dias corridos.
174 Aprovado? Alguém tem alguma... não? Aprovado. Passando para o outro item, ata, apresentação da Rede
175 Brasil mulher, Kílvia Teixeira, e a secretária Irina. **Secretária Irina**. Irina – Boa tarde, a todas e todos. Nós
176 já estivemos, na reunião do Conselho, uma apresentação da rede, na reunião, acho que passada.
177 **Interlocutor não se identificou** – A Rede Brasil Mulher, é uma estratégia de trabalho. Uma estratégia de
178 buscarmos trabalhar em rede, no sentido de fortalecer toda a política da mulher. Nós não estamos
179 buscando nada novo, mas é fortalecer a política da mulher. Diante de dados tão reveladores, precisamos
180 de uma ampla mobilização nacional, em torno do grande desafio de promover a igualdade entre mulheres
181 e homens. A Rede Brasil Mulher, é uma estrutura de cooperação, formada pela integração de parceiros
182 de diversos setores, com o objetivo de superar a problemática da desigualdade de direitos e
183 oportunidade, entre mulheres e homens. **Elisa** – Primeiro, parabenizar a ação Rede Brasil Mulher. Já a
184 ouvi falar dos cinco eixos, na nossa reunião de manhã. O que me chama atenção, é o eixo Educação para
185 além da escolarização. Eu já vi inúmeros casos de violência contra a mulher. Quando eu falo em educação,
186 eu quero falar educação para além da escola. Educação, aquela que é tida na sociedade, nas nossas casas,
187 e que o preconceito é criado dentro dessa cultura, dentro dessa educação ou, melhor, dessa deseducação,
188 que são criadas as nossas crianças, nossos jovens, enfim, todos e todas nós. Obrigada. **Eunice** – Minha
189 sugestão seria só que esses slides que foram passados, fossem disponibilizados, para que pudéssemos
190 socializar com as nossas bases, porque dá mais trabalho para montarmos tudo isso, buscarmos essas
191 estatísticas. Muito obrigada. **Janete** – Eu acho que esse programa vai ser diferenciado, porque ele está
192 abrangendo a sociedade civil, Governo e as entidades. Acho que é uma complementação. A pessoa vai
193 poder entender o porquê das políticas para as mulheres, o porquê das... as entidades governamentais:
194 banco, Caixa Econômica, que puder inserir, já estão inseridas, vão poder visualizar o que aquilo vai trazer
195 de muito positivo para a sociedade. **Lúcia Rincon** – Lúcia, UBM. Eu queria ver como é que funciona, Fátima
196 e Irina, companheiras. Eu vi a pauta, e fiquei pensando assim: discutimos isso tanto, na quarta
197 Conferência. De fato, era um dos temas da quarta Conferência. Essa Lei, para que possamos somar. O que
198 vai ter nessa Lei, como é o funcionamento, qual é a previsão? Você está dizendo que quer construir a lei.
199 Como será esse processo? **Interlocutor não se identificou** – O que eu falei, pode ser que eu não tenha me
200 feito entender. O que eu falei, foi que nós estamos contratando a ONU Mulher, porque nós temos um
201 PRODOC. A ONU está fazendo já um termo de referência para lançar um edital, para que ela faça o
202 trabalho de construir um projeto, e esse projeto, nós estamos pedindo que ela não faça sozinha com o
203 consultor. Mas, que também vá para a base, para ouvir o movimento social, ouvir os Governos, para que
204 possamos ter esse projeto e, que, hoje, já tem alguns estudos que foram feitos anteriormente, dentro da
205 SPM, que serão encaminhados para a ONU. E a ONU vai pegar esses estudos para também estarem como
206 base para esse trabalho que ela vai fazer, e vai ouvir as regiões. É uma garantia de direito. Não depende
207 de o Prefeito chegar e querer: tem pouco recursos, então eu vou extinguir. Eu quero usar esse dinheiro
208 nessa área aqui. Não. Só pode no que propõe a Lei. Então, essa lei, e os conselheiros tem toda uma
209 direção. **Interlocutor não se identificou** – O que eu estou querendo resgatar aqui, é que nós fizemos essa
210 discussão durante todo o processo de Conferência, em milhares de municípios. Eu queria sugerir que as
211 deliberações, o relatório final e, quem sabe, algum material da quarta Conferência, que tenha ficado
212 mesmo específico, com relação ao sistema, pudesse ser também encaminhado à ONU. **Interlocutor não**

213 **se identificou** – Só repetir no microfone, para a gravação. Nós, na SPM, temos o resultado final da
214 Conferência, onde a relatoria foi feita pelo PRODOC. E existem as deliberações finais, e lá está o
215 levantamento do sistema e a proposta final, aprovada pela Conferência Nacional, pela quarta Conferência
216 Nacional, sobre a proposta do sistema. Isso está sendo levado em consideração, no termo de referência
217 que vai ser feito pelo PRODOC, para contratação dessa consultoria, para apresentar para nós um pré-
218 projeto para ser levado para a Casa Civil. **Eunice Cruz** – Eunice Cruz. Talvez, se consultasse o próprio
219 Conselho Estadual, que tem isso, porque as Conferências municipais foram todas enviadas para os
220 estaduais que, por sua vez, encaminharam para a Conferência. Talvez, fosse uma fonte de consulta que
221 economizaria tempo. **Sheila** – Eu quero... também corroboro com o que a Lúcia falou, e a Eunice falou,
222 falaram. **Interlocutor não se identificou** – Eu creio que Sheila e Lúcia, vocês têm razão. O que estamos
223 pedindo, o que eu tinha solicitado para a Erica encaminhar, que ainda não chegou aqui. Mas, a Irina trouxe
224 alguns subsídios para avançar em direção ao Sistema Nacional de Política para as Mulheres. **Interlocutor**
225 **não se identificou** – Gente, vamos retornar. Vou passar para a secretária Irina. Então, eu chamo a Tamile,
226 que vai fazer um breve relato da participação da delegação brasileira do Fórum Político de Alto Nível sobre
227 Desenvolvimento Sustentável. Conosco, a Tamile, representando a Casa Civil. Obrigada. **Tamile** – Oi gente,
228 boa tarde. Eu sou a Tamile, da Casa Civil. Eu vou fazer uma apresentação muito breve deste relatório, o
229 Relatório Nacional Voluntário, sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável. O Governo Brasileiro
230 apresentou esse relatório, na semana passada, retrasada, no Fórum Político de Alto Nível, na ONU, no
231 ECOSOC. A confecção desse relatório foi de coordenação da Casa Civil, junto com a SECOM, da Presidência
232 da República. Mas, a elaboração dele ficou à cargo da SEGOV, e do IPEA. Recebemos também
233 contribuições do TCU, do Ministério do Planejamento, de algumas organizações da sociedade civil, com
234 as suas iniciativas, com relação a ODS. A principal mensagem que eu queria deixar aqui, é que: em diversas
235 instâncias, foi destacada a importância do empoderamento das mulheres e meninas, e igualdade de
236 gênero, para o cumprimento da agenda Vinte e Trinta. Isso, não só para cumprimento do objetivo cinco.
237 Obrigada. **Interlocutor não se identificou** – Parabenizar a colega da Casa Civil. Eu queria fazer uma
238 proposta, para anteciparmos a pauta de amanhã à tarde, para agora, final da tarde, começo da noite. Para
239 podermos ter o dia de amanhã, para fazer a questão da Conferência de Saúde, Conferência Livre e, depois,
240 estar lá no evento. Mesmo que nos estendamos um pouco mais no horário hoje à tarde, se conseguirmos
241 antecipar a pauta, poderíamos ir para lá, para o evento, e participar melhor. Essa é a minha proposta.
242 Vamos encaminhar. Vocês concordam? (Intervenção fora do microfone). Tem como? (Intervenção fora
243 do microfone). Pode ser? Então, aprovado. **Rosário** – Gente, eu vou tentar ser brevíssima, que é nós
244 podermos correr com a pauta. O que eu tenho que falar para vocês, é a questão da participação social no
245 PPA. Estamos num momento de ajustes ao PPA, em função da lei orçamentária anual. Por lei, temos que
246 fazer os ajustes no PPA, em função de alguma modificação que a lei orçamentária fez. Eu vou só
247 apresentar para vocês, o que a câmara técnica discutiu e, gostaria que o plano analisasse, colocasse em
248 votação, para ver se é isso que tem que ser enviado. Dentro do objetivo de autonomia, estamos propondo
249 alterar a meta zero quatro BL, que é: implantar ações integradas, focadas no desenvolvimento de políticas
250 públicas, que garantam direitos e proteção, voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais. **Interlocutor**
251 **não se identificou** – Só mais uma coisa, Rosário. Já tivemos outros PPAs, e já foi negada alguma coisa. Pois
252 é, temos como comparar se o que estamos pedindo já foi negado antes, para que possamos, digamos
253 assim, melhorar nossa justificativa? Rosário – Eu não tenho essa memória, esse histórico eu não tenho
254 guardado não. O que eu posso garantir para vocês, é que se a SPM aprovar, se a presidência aprovar, vai
255 chegar nas minhas mãos, eu que vou analisar. Depois de mim, não acaba comigo, eles fizeram uma câmara
256 de qualidade, dentro da nossa secretaria. **Irina** – Eu queria combinar quem é que vai ficar, em primeiro
257 lugar, responsável para encaminhar para a SPM esse ofício com as alterações do PPA. **Rosário** – Dia dez
258 de agosto, foi o prazo que o Ministério do Planejamento deu para os órgãos. Internamente, cada órgão
259 funciona do jeito que acha que deve funcionar. **Irina** – Só respondendo para a Eunice, com relação...
260 Porque, o Conselho político levou algumas reivindicações, essas todas que a Antônia relatou aqui, na
261 reunião com a Secretária Fátima, na qual eu estava presente. Agora, com a ausência dela, eu respondo.
262 Essa, do Fórum, Eunice, foi discutida lá também. Foi colocada na mesa, e a Secretária se propôs a trazer
263 todas essas colocações que estão sendo feitas aqui, e rever, e tomar as atitudes que achar conveniente.
264 **Interlocutor não se identificou** – Irina, pelo que eu entendi, a reunião já terminou. Agora, vai sentar aqui,
265 só para fazer uma proposta de redação da iniciativa e do ofício, não é isso? **Irina** – Nós ainda temos.

266 Podemos discutir amanhã. Podemos discutir a eleição amanhã. Sabe porque, Lúcia, olha só: se o técnico
267 for embora, e ele precisa ir embora, porque ele tem outro compromisso. (Fim do primeiro dia)

268 **Interlocutor não se identificou** – Bom dia. Vamos iniciar a nossa reunião do Conselho Nacional de Direitos
269 da Mulher. Vamos falar agora, nessa Conferência Livre de Saúde da Mulher, sobre a Conferência Nacional
270 de Saúde das Mulheres, com a presença aqui da doutora Carmem, que vai estar aqui conosco. Eu queria
271 iniciar essa reunião de hoje, agradecendo a todas a participação. **Carmem** – Bom dia. Eu estive nesse
272 Conselho, falando sobre essa Conferência, em outra ocasião. Então, vejam, a Conferência Nacional de
273 Saúde das Mulheres, que tem como tema Desafios para a Integralidade com Equidade, como outras
274 Conferências, ela é uma Conferência ascendente, você faz uma etapa municipal, uma etapa estadual, uma
275 etapa nacional e, de uma etapa para a outra, vai tirando delegadas. A função da Conferência livre é
276 debater os temas, e preparar esse conjunto de pessoas para o debate que vai acontecer na Conferência
277 Nacional. A nossa intenção é divulgar o temário e já começar a qualificar o debate, para nós, quando
278 chegarmos na nacional, já termos alguma coisa discutida dentro disso. **Interlocutor não se identificou** –
279 Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Na última Conferência Livre, que a SPM fez, que foi para
280 a Conferência de Direitos Humanos, que foi aquele mundaréu de gente, conseguimos tirar da Conferência
281 Livre, algumas delegadas do Conselho, mas não tínhamos poder de voto. Íamos participar da Conferência,
282 enquanto delegadas, mas convidadas (inaudível). Mas, saímos como delegadas mesmo. **Carmem** – Mas,
283 isso depende de cada regimento de cada Conferência. O nosso regimento tirou que temos delegadas e
284 delegados, participantes livres e convidadas. E tem qual é a categorização de trabalho, de participação de
285 cada uma. Isso independe de outra Conferência. Isso, foi a nossa comissão organizadora que colocou
286 dessa forma, no nosso regimento. Então, veja, de Conferências Livres, saem participantes livres, não saem
287 delegadas, saem participantes livres. **Mara Felts** – Bom dia. Mara Felts, da CUT. Carmem, eu me inscrevi
288 motivada pela sua fala, por conta de um debate que nós temos num mundo, no movimento sindical.
289 Porque, nós temos uma briga, por incrível que parece, nas condições coletivas, de garantir que as
290 mulheres tenham... falar de duas cláusulas, que costumamos disputar nas convenções. **Carol** – Bom dia a
291 todas. Carol, da ABL – Associação Brasileira de Lésbicas. Interessante a fala da Carmem, quando ela aponta
292 que é o sexismo, o machismo e a misoginia. Como nós temos outras companheiras aqui no Conselho, que
293 trabalham com a área da saúde, de forma mais específica, eu queria complementar, Carmem, isso. Que
294 acho que fazemos uma abordagem mais qualitária. Eu acho que o sexíssimo, o racismo e a homofobia,
295 tem uma incidência muito grande na questão da nossa saúde mental. Carmem – Para vocês entrarem
296 dentro do critério de poder mandar para a Conferência Nacional, participantes livres, é preciso que mande
297 para Brasília, para o endereço da (inaudível), que você tem esse endereço. A lista de participantes, é
298 preciso ter uma cópia da lista de presença, e um mínimo relato do debate feito. É um mínimo relato. Só
299 que é o seguinte: esse relato, mínimo que seja, vai ser anexado aos materiais de apoio da Conferência.
300 Então, quanto mais completo ele chegar, melhor. Porque, vocês já estão fora do prazo, todo mundo já
301 mandou, até sexta feira, os docs. **Clarissa** – **Clarissa**, do Conselho Federal de Psicologia. Eu me inscrevi
302 para falar, mas agora, é só em relação ao nosso método. Eu acho que foi bem lembrado pela Marina, não
303 adianta gravarmos porque isso não vai ficar degravado a tempo, então, eu queria sugerir que elegêssemos
304 alguém aqui, para fazer a relatoria dessa discussão. Pelo menos anotar, ir anotando os pontos e, ao final,
305 construímos uma carta de recomendação. Mas, esperarmos a gravação não vai dar certo não, tem que
306 ser agora. Alguém já conseguiu anotar esses primeiros pontos? **Irina** – tem que ser na mão, que nós temos
307 aqui a gravação da reunião, que vai estar à disposição. Mas, eu acho que, para essa sugestão, é alguém
308 que faça depois um relatório mínimo do que foi discutido aqui, que são anotações dos assuntos. **Eliana**
309 **Emetério** – Bom dia, eu sou Eliana Emetério. Sou conselheira de notório saber, representando a ABGLT.
310 Eu faço parte, junto com a Carmem, da comissão organizadora da segunda Conferência Nacional. Eu vou
311 levantar dois pontos, muito rápidos. Quando falamos em saúde mental, e ela fala da saúde mental e a

312 questão do trabalho, eu quero lembrar que, além de todas as questões, existe uma coisa acontecendo
313 seriamente, que é a depressão de idosos que estão, cada vez mais, sustentando as suas famílias, sendo
314 vítimas de maus tratos, físico e mental, dentro de suas casas e, lamentavelmente, ainda não fazemos corte
315 geracional. Eu fico olhando para cá e fico pensando: uma sociedade que está envelhecendo, sem se
316 preocupar com o envelhecimento. As mulheres estão aí, com cinquenta anos, e não estão preocupadas
317 com envelhecimento. **Maria Antônia** – Bom dia a todas e a todos. Eu me inscrevi para também dar uma
318 contribuição no debate que estamos conversando aqui, a respeito da saúde da mulher. Eu entendo que,
319 neste momento que passamos, nessa conjuntura atual, de muita dificuldade, com relação à compreensão
320 da garantia dos direitos das mulheres, nós precisamos, nesta Conferência, fazer um balanço e tirar
321 exatamente sobre a política nacional de atenção integral à saúde da mulher, e ver de que forma ela está
322 sendo implementada. **Irina** – Muito bem. Por favor, Marina, do Ministério da Saúde. **Marina** – Eu queria
323 também trazer alguns pontos, para pensarmos nessa Conferência Livre, o que queremos como
324 proposição. Primeiro, pensarmos proposições, enquanto Conselho Nacional de Direitos da Mulher. O que
325 o Conselho pode propor e, não só as entidades. Mas, como o Conselho pode incidir na pauta de saúde
326 das mulheres. **Ivânia** – Bom dia a todas e todos presentes também. É salutar a iniciativa do Conselho, de
327 realizar sua Conferência Livre. Vou direto ao ponto. Acho que nós precisamos, nós temos um arcabouço
328 de propostas, de políticas públicas já aprovadas, homologadas, ofertadas, pelo menos, do ponto de vista
329 do seu conteúdo escrito e aprovado. Muitas vezes, não chegando à ponta, não chegando a quem precisa
330 dessas políticas. Eu acho que entra o papel do controle social. E nós, que estamos nos Estados, estamos
331 nos Municípios, que é lá que as mulheres residem, são vítimas ou estão vulneráveis. E, quem torna as
332 mulheres vulneráveis, é o Estado brasileiro. Ela não nasce vulnerável. Não. A falta da mão do Estado, da
333 política de Estado, do cumprimento da sua política, torna as pessoas vulneráveis. E, compreendendo
334 dessa forma, nós precisamos aqui ter uma propositura no sentido do que a mão do Estado, que é sua
335 obrigação, cumpra com o seu papel, de não permitir que as pessoas se tornem vulneráveis. Por exemplo,
336 as delegacias especiais da mulher. Numa boa parte dos Estados, estão sendo transformadas em grupos
337 de atendimento à vulneráveis. Lá dentro, as delegacias especiais das mulheres, as DEAMS, deixam de ser
338 DEAMS e são delegacia da infância, delegacia do idoso. Delegacia da mulher, funcionando com a mínima
339 estrutura que funcionaria a DEAM. **Irina** – Eu vou passar a palavra para a Isis. **Isis** – Obrigada. Bom dia a
340 todos e todas. Eu quero entrar numa outra questão mais geral, que é reforma trabalhista, com a questão
341 que a Ivânia já colocou bem, do local insalubre que tem, mas também, acaba com a obrigatoriedade
342 daquele cantinho da amamentação, e N outras questões que sabemos que são importantes para nós. E,
343 também, a reforma da previdência, que ninguém coloca aqui, mas a reforma da previdência para as
344 mulheres mais velhas, como bem colocou a Eliana aqui, ninguém está vendo isso. Porque, ela não impede
345 só, ela vai restringir um benefício social. E, quem é que vai ser... quem é que sofre quando a mulher perde
346 o benefício do seu companheiro, por ocasião da morte dele, ela só vai ficar com... são as mulheres mais
347 velhas que, geralmente, estão em casa e, às vezes, sustentam as famílias. Tem várias pessoas que moram
348 na casa dos pais, e ela fica com os filhos, para a filha poder sair. A questão da reforma da previdência
349 também vai ter um impacto muito grande, principalmente, nas mulheres mais velhas, que se aposentam
350 e estão recebendo a pensão do marido, vão ter que optar por uma ou por outra. Isso é perverso contra
351 as mulheres. E o que vemos, traduzindo isso tudo para o reflexo na saúde integral das mulheres? O que
352 vemos? Que as perspectivas que nós temos para a saúde das mulheres, daqui para a frente, é de
353 regressão. Eu acho que precisamos dizer isso e lutar contra isso. **Clarisse**. **Clarisse** – Olá, gente. Eu sou a
354 Clarissa, do Conselho Federal de Psicologia. Vou tentar ser breve. Que possamos defender a atenção à
355 saúde mental das mulheres, tendo como parâmetro a reforma psiquiátrica antimanicomial, e a defesa do
356 Programa Nacional da Atenção Básica. Isso é bem importante. Senão, é bem possível que queiram criar
357 uma comunidade terapêutica para mulheres. Isso não resolve nosso problema, de jeito nenhum. Queria

358 também reforçar a importância desse Conselho recomendar a descriminalização do aborto. É outro
359 aspecto de muito sofrimento, sempre colocada assim: mulher malvada, coitadinho do feto, a criança que
360 não tem direito. E esquece o quanto é sofrido para a mulher tomar a decisão de fazer um aborto, porque
361 ela não tem nenhuma condição, não planejou, ela não quer aquele filho. Ela tem que recorrer à
362 clandestinidade, submeter às máfias, ao tráfico, para conseguir alguma medicação, todo esse sofrimento
363 que é. **Sheila** – Bom dia a todas. Sheila Sabag, da Rede Feminista de Saúde. Só queria lembra-las, que
364 trouxemos o relatório final da quarta Conferência Nacional de Política para as Mulheres, onde tem o eixo
365 específico: saúde das mulheres. São propostas que vieram de todo Brasil, de todos os Municípios, de todos
366 os Estados, e que foram apresentadas e aprovadas na Conferência Nacional. Nossa sugestão ontem, foi
367 que, pelo menos, lêssemos, para poder ver. Porque, muitas das conselheiras, provavelmente, não leram,
368 não sabem o que consta, o que esse relatório consta na área da saúde. Para que tomássemos
369 conhecimento. **Carol** – Carol, da ABL. Eu sou usuária do SUS, então, eu tenho uma proximidade bastante
370 alta com posto de saúde mesmo, com unidade básica de atendimento. Tive problemas, tenho problemas
371 com ansiedade, depressão – eu vou falar de mim, peço a solidariedade das companheiras. Tive problemas,
372 e precisava de um acompanhamento psiquiátrico e psicológico. O que acontece, quando vamos na ponta,
373 eu não sei se todas vocês são usuárias, é que, quando você chega na ponta com um problema e, em
374 decorrência da sua condição social e econômica, de orientação sexual – que é aquilo que falamos antes,
375 onde vem o sexíssimo, o racismo e, no caso, a lesbofobia -, se você não está numa condição extrema de
376 eliminar sua própria vida, então, o SUS, infelizmente, não te encaminha para o tratamento com o
377 psiquiatra, muito menos, com um psicólogo. **Cris** – Bom dia. Meu nome é Cristiane. Ouvindo um pouco
378 da fala da Chopelin, e ouvindo um pouco a fala de outras pessoas, acho que podemos indicar a
379 necessidade de elaboração de diretrizes em atenção à saúde de mulheres trans e homens trans, porque
380 não falamos só do processo transexualizador, mas que existe sim um preconceito, existe sim uma
381 violência contra essas pessoas, em todos os serviços de saúde. E, se elaboramos diretriz de atenção à
382 saúde, elaboramos diretriz para todas as questões, para o dentista, para o fisioterapeuta, para
383 ginecologista. E também colocamos todo o processo de prevenção e, coloca sim também, o processo
384 transexualizador. **Irina** – Vamos ouvir a doutora Carmem, nas suas considerações finais. **Carmem** – Muitas
385 coisas sendo faladas da maior importância. Se fazermos uma lista os nossos parlamentares que
386 cometeram atos de violência parlamentar, de violências legislativa, nessa legislação, saberemos que
387 esses, na próxima, não vamos votar, porque não são amigos das mulheres. Se o SUS é um sistema que
388 tem, único, ou seja, ele tem uma porta de entrada única, e a porta de entrada do SUS é o postinho de
389 saúde, é a atenção básica. Se nós chamamos de unidade básica de saúde, se nós chamarmos de centro de
390 saúde, se nós chamarmos de posto de saúde, não importa, esse é o primeiro lugar do atendimento. Você
391 entra ali para a atenção básica. Você precisa de uma atenção de segunda linha, ou de terceira linha, é dali
392 que você vai ser encaminhada, através de um sistema de regulação do acesso, que é o SISREG. A maior
393 parte das mulheres não precisa, nem de atenção especializada e, nem de medicação. Elas querem ser
394 acolhidas, elas querem compreender o que elas estão vivendo, que eu acho que é isso que é fundamental.
395 É fundamental, para mulheres que sofreram violência sexual, ter acompanhamento psicológico, está lá,
396 na portaria, na norma técnica do Ministério da Saúde. Desde de mil novecentos de noventa e nove, que
397 essa norma existe, está escrito que tem que fazer acompanhamento psicológico das mulheres que sofrem
398 violência sexual. O SUS não é o Ministério da Saúde, e tudo acaba aí. O que significa tripartite? Significa
399 que ele trabalha com as três esferas de Governo. O SUS é definido, a partir do Ministério da Saúde, que é
400 o nível federal; do CONAES, que é o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde dos Estados: e, do
401 CONASEMS, que é o nível das secretarias municipais de saúde, ou seja, dos Municípios. Tudo que é
402 definido nacionalmente, é definido a partir do Ministério, dos Estados e dos Municípios. Nós não podemos
403 cobrar tudo do Governo Federal. Nós temos que ir para a porta da Secretaria de Estado, do Conselho do

404 nosso Estado, da Secretaria do nosso Município e, do Conselho do nosso Município. Porque, muitas coisas,
405 o SUS – que falamos, o SUS, pensamos no nível federal do SUS -, o nível federal do SUS, em muitas
406 situações, só dá diretriz. Ele não pode obrigar – e isso é legal, diz que cada um deve tratar sua abrangência,
407 cada um é soberano. Então, eu não posso obrigar o Município a realizar uma ação, porque o Governo
408 Federal achou que é bacana, ou porque o Governo Estadual achou que é bacana. O SUS realmente se
409 desenvolve na ponta, no Município, é lá que as coisas ocorrem. A população envelhece, porque, hoje, nós
410 envelhecemos muito mais do que nascemos. Então, além das pessoas novas que vão chegar nesse nosso
411 planeta, e nesse nosso país, pessoas vão envelhecendo mais, não morrem. Daqui há vinte anos, nós vamos
412 ter a nossa população imensa, porque, pessoas velhas morrem menos e, pessoas novas, seguem nascendo
413 igual. Temos vinte anos de controle de gastos, que não aumenta um centavo dentro do financiamento do
414 SUS. Como é que vamos atender as pessoas que não morrem, e as pessoas que nascem? Impossível,
415 gente. Realmente, impossível. Eu acho que, se não derrubarmos esse teto de gastos, e esse teto de gastos
416 passou inconstitucionalmente. Rasgam a nossa constituição, colocam ali dentro o que bem entendem.
417 Estou achando que, se não tomarmos uma atitude muito drástica, nós caminhamos para a mal a pior. Há,
418 dentro do Governo, alguns focos de residência, com certeza. Dentro da saúde, ainda encontramos pessoas
419 que são partidárias de modificações a serem feitas, e contrárias a coisas que foram feitas. A questão da
420 reforma da previdência, por exemplo, estamos debatendo isso agora: mulher e trabalho e, especialmente,
421 reforma da previdência, nesse momento, lá na tenda da saúde. Tem pessoinha, que já levamos no
422 Conselho Nacional de Saúde, uma jovem do IPEA, que faz uma fala linda sobre previdência e gênero. Esse
423 é o negócio dela, ela olha a previdência sob a transversalidade de gênero. Está agora, lá na nossa tenda,
424 fazendo esse debate. Duas companheiras da CUT, que estão levando esse debate e, mais essa moça do
425 IPEA. Eu acho que, trabalhar mulher e trabalho, com vistas à melhoria da condição da qualidade de saúde
426 das mulheres, é fundamental. E estamos buscando entrar nesse tema, estar dentro dessas questões,
427 porque, realmente, são fundamentais, são estruturantes, determinam como será a nossa vida. **Irina** – É
428 lindo ficar aqui, ouvindo a doutora Carmem. Queria agradecer, do fundo do meu coração. Tenho certeza
429 que todo mundo aqui sai muito mais pronta para enfrentar esse desafio que é diário, doutora Carmem,
430 sabemos disso. A Mara quer fazer uma proposta. Por favor, eu gostaria que nós (Intervenção fora do
431 microfone). A proposta vai merecer deliberação do Conselho. **Mara** – Irina, minha proposta é a seguinte:
432 quem é que ficou com as anotações? A Clarisse. Então, minha proposta objetiva é a seguinte: que nós,
433 agora, vamos definir quem... já sabemos que vão quatro pessoas, que são as coordenadoras das câmaras
434 técnicas, e mais três pessoas. Que essas sete pessoas sentem com a Clarissa, para finalizar o documento,
435 para ver se tudo... porque, se querem estar na Conferência, ajudem a Clarisse, no preparo da finalização
436 do documento. Porque, o que vimos ali, é que ela disse para fazer uma forma de moção, mas você pode
437 ter ali propostas. Eu mesma anotei algumas coisas aqui. Então, é essa a minha proposta objetiva, quanto
438 ao encaminhamento do resultado do nosso debate. **Irina** – Antônia, por favor, você pode nos posicionar
439 do que foi discutido na comissão, na Câmara, que vocês fizeram isso... Conselho político. Coordenação
440 política. **Antônia** – Nós fizemos a reunião da coordenação política, ontem, com a secretária. Alguns
441 encaminhamentos foram dados. Nós pautamos, inclusive, a partir da orientação da nossa reunião com as
442 Câmaras Técnicas de Planejamento e Orçamento. Nós levamos uma pauta, que foi discutida na Câmara
443 Técnica, e conversamos, discutimos com a Secretária. Nós discutimos, nós levamos os seguintes
444 encaminhamentos: que, a partir da revisão, do debate da revisão do PPA, que já fizemos, inclusive, ontem,
445 foi apresentado pela Rosário que, também, é da Câmara, que fizéssemos um ofício para encaminhar para
446 a SPM, e fazer todo aquele trâmite que, inclusive, ontem, isso já foi um ponto que foi encaminhado.
447 Inclusive, o ofício já foi, a partir de todo aquele debate que fizemos ontem, sobre as mudanças que nós
448 queremos fazer no PPA. Cabe a nós, por exemplo, dizer se nós vamos discutir agora, ou se vamos deixar
449 para uma reunião posteriormente, que é a ideia, inclusive, que eu tinha conversado e proposta para a

450 Irina, que fizéssemos uma extraordinária, para aprofundarmos melhor essa questão de estudar o edital,
451 e ver quem são as conselheiras que vão participar dessa comissão. **Irina** – A sugestão é que vamos com
452 essa reunião, encerramos às quatorze horas. É isso? É a proposta da Mara, vamos direto e encerramos a
453 reunião. Perfeito? Aprovado? Aprovado. **(Fim da manhã do segundo dia).**

454 **Irina** – (...) a nossa secretária Fátima assume a mesa, porque ela está de volta. E o que combinamos agora,
455 está isso: relato das Câmaras Técnicas. Não precisa de votação, de quórum, é só para conhecimento do
456 Conselho. Acho que podemos passar a palavra para a primeira Câmara Técnica. Você, Rosário, é
457 Presidente do Planejamento. A Antônia? Mas acho que você pode. Ela entregou o papel, acho que você
458 pode fazer isso. **Rosário** - A Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento, sempre reúne com a Câmara
459 Técnica de Monitoramento do PNPM. Participaram da reunião: Débora, do MMA; Marina, do Ministério
460 da Saúde; Caroline, do Ministério dos Direitos Humanos; a Eunice, da PPW; a Lucia Rincon, da UBM; a
461 Caroline, da ABL; Maria Antônia, do MAMA; Silviane, do FNMM; Chopeli, da ANTRA; Maria José, da
462 CONTAG; e a Renata, da ABMCJ. Pontos tratados: alteração do PPA. Fizemos um informe, que foi
463 prorrogada a portaria que determinava o prazo para ajustes ao PPA. O Ministério do Planejamento enviou
464 um ofício, no dia quatro de julho, a todos os Ministérios, explicando sobre o processo. Não será possível
465 incluir ou excluir, programa, objetivo ou meta, porque isso necessitaria de Projetos de Lei. As metas
466 qualitativas, podem ser apenas alteradas na sua redação. Junto com o ofício, foi enviada uma planilha
467 para que os órgãos possam preencher com as suas propostas de alteração. As iniciativas e indicadores,
468 podem ser incluídos, alterados ou excluídos. A Lei do PPA, prevê a participação social, isso está no texto
469 da Lei. Então, o Ministério do Planejamento sugeriu que os órgãos consultassem seus Conselhos. Como
470 encaminhamento, tiramos que deveríamos trazer para o pleno as propostas de alteração, que foi o que
471 fizemos ontem e, posteriormente, encaminharmos para a SPM, para avaliar a inclusão e, caso aprove, dar
472 um retorno para o pleno, daquilo que foi aprovado e, daquilo que não foi aprovado com alguma
473 justificativa. Secretária, foi a Caroline, mandou um e-mail – que ela que estava com o computador – com
474 as propostas, para o seu e-mail, com cópia para a Irina e para a Ester. Ontem à noite, eram umas dez horas
475 da noite, quando terminamos. Ponto dois: monitoramento tempestivo do PPA. O Ministério do
476 Planejamento está estudando a possibilidade de implementação de um projeto piloto de monitoramento
477 tempestivo do PPA, que prevê a escolha de, aproximadamente, cinco metas ou iniciativas, para que os
478 Conselhos façam um monitoramento da implementação. Haverá a possibilidade de criação de um plano
479 de implementação das metas e iniciativas escolhidas. A ideia é que o monitoramento ocorra por volta de
480 três vezes ao ano. Atualmente, temos feito, nos últimos anos, uma vez por ano só. A ideia de ser
481 tempestiva é, justamente, diminuirmos esse prazo para podermos ver, realmente, o monitoramento de
482 fato. Esse processo será disponibilizado somente para as agendas transversais. A sugestão é pensar o
483 componente de formação dos conselheiros acerca desse processo. Foi uma sugestão que foi feita no
484 grupo. No Fórum Interconselhos, deve ser realizado em setembro. Os Conselhos vão apresentar quais as
485 metas e iniciativas eles escolheram para o monitoramento. Também, no Fórum Interconselhos, será
486 lançado o site PPA Cidadão. Tanto o Fórum Interconselhos, quanto o lançamento do site PPA Cidadão, são
487 compromissos do Governo Brasileiro, no OGP, que é a parceria para o Governo aberto. Em termos de
488 encaminhamento, sugerimos votar no pleno a participação do Fórum Interconselhos, de forma que
489 assegure a participação, respeitando a paridade em números iguais de representantes da Câmara Técnica
490 de Planejamento e Orçamento e, da de monitoramento do PNPM. Já que são essas duas Câmaras Técnicas
491 que acompanham, tanto o PPA, quanto o Plano, e uma coisa está ligada a outra, e sempre nos reunimos
492 juntos. A Secretaria de Governo – não está escrito aqui, mas eu vou falar – está tentando organizar o
493 Fórum Interconselhos. Provavelmente, será no final de setembro, só está faltando uma assinatura para
494 poder fechar o lugar. Provavelmente, será na ENAP. Digamos que, a SEGOV disponibilize um número x de

495 vagas, e que nós, da Câmara Técnica, gostaríamos, é que tivesse o mesmo número de representantes da
496 Câmara de Planejamento e Orçamento, e da câmara de monitoramento do Plano. Mesmo que, para isso,
497 fosse necessário que a SPM financiasse algumas diárias e passagens. Isso já aconteceu no Fórum passado,
498 no Fórum Interconselhos passado, com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que a
499 SEGOV disponibilizou quatro vagas, e a SEPIR financiou mais quatro, por exemplo. Item três: Agenda Vinte
500 Trinta, os ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. O Ministério do Planejamento solicitou, junto
501 com a SEGOV, que todos os Ministérios vinculassem os ODS ao PPA. O Ministério do Planejamento está
502 analisando as planilhas, todos os órgãos já devolveram, estamos fazendo uma formatação padrão e uma
503 limpeza de dados, que foram colocados indevidamente, e vamos fazer uma devolutiva para os Ministérios,
504 para que eles possam validar. Existe a Comissão Nacional para os ODS, que já foi dito ontem, pela Tamile.
505 A ideia é que nós lá, do Ministério do Planejamento, façamos uma agenda de cada um dos ODS. São
506 dezessete objetivos, dezessete ODS, e vamos fazer dezessete agendas para o acompanhamento, tanto da
507 comissão quanto da sociedade. Isso vai ficar disponível lá, no site PPA Cidadão. Número quatro:
508 mecanismos de monitoramento das deliberações do Conselho. Foi discutida acerca da não realização da
509 reunião extraordinária, mesmo sendo aceita em deliberação. Foi discutido também que as reuniões da
510 Coordenação Política, são uma instância de monitoramento das ações. É o local de cobrar o cumprimento
511 do que foi deliberado no Conselho. Foi dada a sugestão de se definir fluxo de trabalho das Câmaras, e de
512 todas as instâncias do Conselho, para garantias de avanço. Como encaminhamento, solicitação de, no
513 mínimo, informe acerca do que foi discutido nas reuniões da Coordenação Política e, se possível,
514 divulgação de um relatório da reunião. Era só isso, das duas Câmaras. **Irina** – Então, passamos para a outra
515 Comissão. Qual é a outra comissão que vai apresentar? **Janete** – Boa tarde a todas. Nós fizemos
516 uma reunião conjunta com a câmara técnica de administração e normas. Estavam presentes: eu, a Kilvia,
517 a Sheila e a Ivânia. A Sheila vai complementar. Então, estou falando da parte de Administração e Normas,
518 porque eu queria fortalecer uma coisa que a Sheila vai falar, que é muito importante. Queria pedir à
519 Secretária Fátima, que todas as participações dela na Câmara, no Senado, em atividades, que ela também
520 se coloque, além de Secretária de Política para as Mulheres, como a Presidenta do Conselho Nacional dos
521 Direitos da Mulher. Para dar mais visibilidade para o Conselho, e chamar atenção, porque, às vezes, as
522 pessoas cobram de nós, qual está sendo a função do Conselho, e onde estão sendo as ações. O resto, ela
523 vai complementar lá. **Irina** – Em discussão. Queria passar para a Kilvia, para que ela pudesse fazer alguma
524 referência, e relação ao assunto. **Kilvia** – Boa tarde a todas. Primeiro lugar, eu acabei de confirmar com a
525 secretária que trabalha conosco, na área internacional, que foi enviado e-mail para todas vocês com a
526 agenda internacional, e com a pauta da Câmara e do Senado, na semana. Deve estar com algum... eu
527 gostaria muito... ontem eu fiz isso, e corriji os e-mails das que estavam presentes conosco lá. Para que
528 não tenhamos... para mim, não tem a menor dificuldade de mandar um e-mail, é clicar num botão.
529 Segundo a Andrea, que trabalha comigo, disse que foi enviada para todas. Eu não mando só para Câmaras,
530 eu mando para todo mundo. **Sheila** – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Conselheiras. Sheila, Rede
531 Feminista de Saúde. **Fátima** – Queria passar para a Rosário. **Rosário** – Obrigada. Rosário, Ministério do
532 Planejamento. Eu queria me juntar à solicitação da Sheila, porque era uma coisa que eu já vinha pensando
533 em solicitar, a criação de um e-mail institucional do CNDM cndm@spm.gov.br, que outros Conselhos já
534 tem, isso facilitaria a comunicação. Outra coisa que eu gostaria de solicitar, é a atualização da composição
535 do Conselho, no site da Secretaria. Eu recebi aquele senhor que estava... não sei se todo mundo reparou,
536 tinha um senhor ontem, na reunião, sentado do lado de lá. Ele é um professor de uma universidade
537 estrangeira, que veio fazer uma pesquisa sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ele entrou
538 em contato comigo há algumas semanas atrás, e foi me entrevistar no Ministério. Conversa vai, conversa
539 vem, durante a entrevista, ele perguntou a composição do Conselho e eu entrei no site. E, me deparei
540 com a lista desatualizada, eu morri de vergonha. Eu acho que precisamos manter a lista na internet

541 atualizada, porque chega uma pessoa de fora, vai consultar a lista, e pensa que uma determinada
542 organização faz parte, ou até mesmo a conselheira de notório saber está fazendo parte do Conselho, e
543 não está mais. E, o pior de tudo, lá está escrito: composição atual do Conselho. Está desse jeito. Fica
544 (Intervenção fora do microfone). Queria solicitar a atualização da lista que está disponível no site da
545 Secretaria. **Fátima** – Obrigada, Rosário. **Fátima** – Antônia gostaria de falar, depois, a Sheila. **Antônia** – Boa
546 tarde a todas. Nós, ontem, fizemos apenas relatar uma discussão que foi feita na Câmara Técnica, da qual,
547 de Planejamento e Monitoramento, saiu essa proposição, que nós aproveitássemos que íamos fazer a
548 reunião da coordenação política, com a Secretária, que faz parte também, e nós levamos para lá essa
549 proposição. A proposição que nós apresentamos que, inclusive, foi a companheira Silvana, e ela me deu
550 essa permissão para que eu possa esclarecer, que fossem as quatro. Que colocássemos a necessidade de
551 criar essa comissão eleitoral que, na sua composição, contemplasse as quatro Presidentas das Câmaras
552 Técnicas, e mais três representantes governamentais, incluindo a Secretária. Então, daria quatro e três,
553 sete. Essa foi a proposição que nós apresentamos lá. A companheira Silvana que apresentou. E eu, como
554 a Silvana estava em outro compromisso, eu fiz apresentar aqui. Na hora que lemos, fomos dar os informes
555 da reunião da Câmara Técnica. Foi isso. Agora, estou entendendo, na fala da Secretária, que você está
556 colocando, Secretária, uma outra proposição. **Fátima** – Eu já falei, ainda a pouco, que me confundi quando
557 falei SPM, eu falei governamental depois, em seguida. Já voltei ao assunto. Agora, a Sheila, por favor.
558 Depois, a Lúcia Rincon. Já se sentiu contemplada, Sheila? Não, ela vai falar novamente. **Sheila** – bem
559 rapidinho, a Antônia esclareceu, é isso mesmo, seria a proposta da Silvana: as Presidentas das Câmaras
560 Técnicas, duas não governamentais, que não fosse ligada à SPM, mais a Presidenta. É isso. Mas, quero
561 esclarecer também, que eu não tinha... que a Câmara Técnica de Legislação e Norma não tinha
562 conhecimento dessa proposta da Secretária. **Fátima** – Lúcia Rincon. **Lúcia Rincon** – Pessoal, eu tenho o
563 maior respeito, confiança, até tenho brincado muito com a Eunice... as minhas emoções hoje. Eu tenho
564 brincado muito com a Eunice, nessa coisa da representação nossa nas Câmaras Técnicas. Eu acho que é
565 isso, nós elegemos, temos as nossas presidências. Mas, eu entendo que esse tema, não é um tema que
566 deva ser... a composição da Câmara Técnica, não foi nem levantado isso ontem, na nossa reunião. E nós
567 tínhamos a reunião da Comissão Política, logo depois. Acho que a composição vai, muito mais, pela
568 composição da nossa parte, dos movimentos sociais, vai muito mais, pela diversidade do movimento
569 social, pelas características que nós temos de diferenças, de preocupações políticas e de linhas de
570 trabalho, do que pela composição da Câmara Técnica. Acho muito institucional. Queria manifestar isso.
571 Pode até ser que depois seja assim, mas acho que é importante ter passado por uma discussão conosco,
572 que somos membros das comissões. Não foi levantado, Silvana, não foi colocado na nossa reunião.
573 (Intervenção fora do microfone). Se você quiser esclarecer, porque participei da reunião o tempo todo, e
574 não me lembro de termos discutido isso. Eu tendo a entender que, a melhor forma não seria no fim de
575 uma reunião. A melhor forma, acho que a proposta apresentada pela Secretária, nos contempla, me
576 contempla nesse particular, de que a Comissão de Legislação e Normas pode fazer uma proposta, junto
577 com a Secretaria, mandar para nós todas avaliarmos, e voltarmos e irmos para a reunião extraordinária
578 para deliberar. **Fátima** – Vamos manter a Comissão Técnica de Legislação e Normas. Vamos fazer uma
579 reunião com a comissão também, em Brasília. Podemos ficar nos comunicando com essa comissão, Sheila,
580 você é a Presidente da Comissão. Sheila, vamos ver os membros da Comissão, e vamos já fazer para
581 termos uma reunião, antes da reunião extraordinária, já vamos começar a trabalhar com a Comissão
582 Técnica de Legislação e Normas. Está bom, Rosário. **Rosário** – Só para esclarecer. Porque, acho que são
583 duas coisas diferentes. Entendo eu, e aí, é minha visão particular, não conversei com nenhuma conselheira
584 a esse respeito, que a Comissão Técnica de Legislação e Normas ajudaria na redação do edital. No edital,
585 também tem que estar como será a composição da comissão eleitoral. Porque, aí, é uma outra coisa. Se
586 o pleno achar melhor, que a primeira versão para discussão do Conselho, seja elaborada pela Comissão

587 Técnica de Legislação e Normas, na minha opinião particular, está correto, que é uma comissão que
588 entende de normas, tem o conhecimento a esse respeito. No entanto, no edital, na proposta que a
589 comissão trouxe para o pleno, já tem que constar qual seria a sugestão da composição da comissão
590 eleitoral. Que, não necessariamente, é a Comissão Técnica de Legislação e Normas. São duas coisas
591 diferentes. **Fátima** – Então, aprovada a proposta da Rosário. Ou seja, a Câmara Técnica de Legislação e
592 Normas começa a discutir o ponto do edital, a minuta do edital, e já pôr a proposta da comissão. Passe
593 depois para as conselheiras. Tudo bem? Encerrando, então, nossa reunião. Pois não, conselheira.
594 **Interlocutor não se identificou** - Precisamos da data e do número do protocolo da entrega do ofício, que
595 foi aprovada na reunião passada, para ser entregue ao CFM. **Interlocutor não se identificou** – Na reunião
596 passada, nós aprovamos um ofício a ser entregue ao CFM. Não foi passado para nós, nem a data, nem o
597 número do protocolo. **Fátima** – Porque eu ainda não assinei. Até falei para Ester, para que fosse
598 encaminhado, porque ela falou: tem que ser desse jeito. Até falei para Ester, porque tinham algumas
599 coisas que estão muito soltas lá, e temos que ser mais assertivos no que nós queremos lá. **Interlocutor**
600 **não se identificou** – Mas foi um texto que foi aprovado no pleno. E foi mexido várias e várias vezes. **Fátima**
601 – Por isso que eu queria trazer para o pleno, porque eu não me sinto à vontade para assinar um texto.
602 **Interlocutor não se identificou** – A senhora ia encerrar a reunião. **Fátima** – Eu não vou... porquê,
603 precisamos ser mais assertivos no que nós queremos, porque da forma como estava – estou falando isso
604 como gestora, como Presidente do Conselho -, é uma comunicação oficial. (Intervenção simultânea). Eu
605 tenho que passar pela CONJUR. Está bom? **Ivânia** – (...) se contempla. Mas, eu acho que a Secretária tem,
606 e goza da confiança deste pleno, para fazer os adendos a essa correspondência, que a torne assertiva.
607 (Intervenção fora do microfone). Porque, não vai alterar o conteúdo. Ao contrário, vai possibilitar que as
608 respostas que nós estamos querendo, seja compreendida pelo Conselho Federal. Se todas concordarem.
609 **Fátima** – Eu posso encaminhar, antes de assinar, para vocês, para que vocês possam dizer: ok, ou, pode
610 ajustar aqui. É mais no sentido de termos a resposta que nós queremos, que nós precisamos. Porque, do
611 jeito que está aqui, nós não vamos ter. **Interlocutor não se identificou** – Se é assim, atendendo à
612 celeridade, nós tivemos uma prática de fazer uma aprovação de lista, de um dia para o outro, de um dia
613 a dois dias. Eu acho que, essas coisas, quem tem alguma outra observação a fazer, eu acho que, atendendo
614 à celeridade que a Cris pede, podíamos tentar instituir também essa prática. Também, ver que a Cris fez
615 o relatório do final da nossa Conferência Livre que, aliás, foi excelente, amada por todo mundo aqui, a
616 senhora deve ter ficado sabendo. Ela tem um relatório para compartilhar. Acho que é importante
617 também, se alguém tiver alguma coisa, pode levantar o mais rápido possível, diretamente para ela, para
618 poder alterar, assim também como eu já fiz. Foi a Cris e a Clarisse, não foi? (Intervenção fora do
619 microfone). E a Marina. As três que escreveram. Acho que é importante e agradecemos, ficou legal. Só
620 esqueceram o que eu falei, mas eu já corriji. **Irina** – Cris, houve uma manifestação, eu queria consultar
621 todas, que isso fosse enviado pelo e-mail, para que todo mundo lesse, fizesse as correções que fossem
622 necessárias, acrescentar, incluir ou excluir. Porque, muita gente está com voo marcado, e não vai dar
623 tempo, eu acho, de estendermos essa discussão. Então, eu gostaria de saber, das pessoas que
624 permanecem aqui no pleno, se é esse o entendimento. Porque, aí, encerramos, esperamos vocês
625 mandarem, a comissão que ficou encaminhada de fazer esse relatório, manda para o e-mail, para todo
626 mundo, e todo mundo se posiciona sobre ele. Estamos com uma plenária já, totalmente esvaziada, eu
627 acho que não há condição de fazermos a discussão em cima dele. **Rosário** – Só para confirmar. Qual o
628 prazo que temos para entregar? Eu concordo com você, que avançamos muito da hora, tem muita gente
629 saindo. Na realidade, o que a Cris vai apresentar, e um resumo das nossas discussões aqui, durante a
630 presença da Carmem, que seria nossa Conferência Livre. Eu não tinha entendido que o prazo era hoje, já
631 estava até concordando com você, que tivéssemos mais tempo para analisar. Mas se, realmente, é hoje
632 o prazo, achava bom, pelo menos, darmos uma lida rápida. **Irina** – Eu vou só levantar uma questão aqui,

633 para ver se pensamos juntos. Eu entendi que esse documento é um balizador, para as delegadas, para as
634 Presidentes de Câmara Técnica, que participarão da Conferência. Então, não é um documento para ser
635 enviado, não é um documento que vai ser utilizado pela Comissão. É um documento que ser entregue no
636 momento da Conferência. (Intervenção fora do microfone). **Marina** – (...) é preciso sair com essa carta de
637 recomendação, com a lista de presença das pessoas, até hoje. **Irina** – Então, Marina me corrigiu. O
638 Ministério da Saúde, que está envolvido na Conferência. Nós não temos quórum, eu acho, para fazer
639 nenhuma deliberação. Mas, se conveniente para quem está aqui, vamos ler o documento, ouvir e, quem
640 quiser, fazer alguma consideração. Eu sei, mas é uma carta de recomendação, não adianta deliberar, de
641 querer mudar, de não se sentir contemplado, alguém pode ter não se sentido contemplado, houve uma
642 fala que não foi observada. Porque, isso foi fruto de observação, de anotação. Então, perfeitamente,
643 podemos continuar, por favor, **Cris**. **Cris** – Florianópolis, um de agosto, de dois mil e dezessete. Parágrafo
644 sobre o posicionamento do CNDM, em defesa da Constituição Federal, defesa do SUS e das políticas
645 sociais. O Conselho Nacional de Direito da Mulher, CNDM, recomenda a seguinte proposições:
646 desenvolver ações que contemplem a saúde mental das mulheres idosas; desenvolver ações que
647 contemplem a saúde mental e física dos trabalhadores em insalubridade, as trabalhadoras; fortalecer a
648 articulação entre Conselhos de Direitos do CNDM, CNS, CONAPIR, CONANDA, CNCD LGBT, CONJUVE, em
649 defesa dos direitos de todas as mulheres, garantindo respeito à diversidade e pluralidade; dar visibilidade
650 ao sofrimento psíquico das mulheres oriundos do machismo, sexíssimo, homolesbotransfobia, racismo,
651 violências psicológicas, discriminação, submissão e outras formas de opressão, homolesbofobia ou
652 homolesbotransfobia. Garantia da institucionalização e orçamento para ações, mecanismos e instâncias
653 que promovam a equidade da igualdade de gênero. Fortalecer a capacidade técnica dos órgãos
654 governamentais e da sociedade civil, para incorporar as demandas, necessidades, e especialidades dos
655 diferentes segmentos de mulheres, nas ações e programas voltados à saúde das mulheres. Desenvolver,
656 junto à ouvidoria do SUS, pesquisa ativa, referente ao acesso e qualidade de atenção integral à saúde das
657 mulheres, aferir a satisfação das usuárias, e identificar as falhas no serviço de saúde que devem ser
658 aprimoradas, e indícios de violência institucional dos serviços de saúde, com racismo, violência obstétrica,
659 lesbofobia, bifobia, transfobia, discriminação de qualquer natureza, que afastam as usuárias do acesso à
660 saúde. Elaboração de diretrizes de atenção à saúde da mulher trans., e do homem trans., contemplando
661 todas as ações de saúde, incluindo hormônio terapia e o processo transexualizador. Atenção à saúde do
662 homem, também deve incorporar as especificidades à atenção da saúde dos homens trans. Garantir as
663 ações sobre a violência de gênero, na formação de profissionais de saúde, assim como a
664 interseccionalidades, raça, etnia, geração, condições sócias econômicas, em parceria com o MEC. Garantir
665 que haja previsão de liberação do trabalho, para que as mulheres possam realizar seus exames
666 preventivos: mamografia preventiva e colo do útero. Observar a normativa do Estado de São Paulo, que
667 trata da adequação do serviço, em respeito à cultura guarani, e elaborar uma diretriz que possa oferecer
668 adequação de serviços à saúde, a fim de acolher as mulheres de comunidades tradicionais. Defender a
669 descriminalização do aborto, entendendo que o aborto inseguro é a terceira causa de morte de mulheres
670 que é um aspecto fundamental para garantia da autonomia das mulheres. Desenvolver estratégias de
671 qualificação e humanização de atendimento as mulheres, que levem em consideração os processos de
672 discriminação, machismo, sexíssimo, racismo, LGBTfobia, e outra forma de preconceito. Tira o “g” dali.
673 Estabelecer o recorte de gênero na política de saúde mental, garantindo o acesso das mulheres que
674 precisam de atendimento psicológico, através da ampliação de fortalecimento da atenção básica, bem
675 como serviço especializado, de acordo com os princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial. Na
676 previdência social, lutar pelos seis meses de licença maternidade, no regime da previdência social, INSS,
677 passando de quatro meses, que são cento vinte e dias, para seis meses, que são cento e oitenta dias, para
678 que todas as mulheres trabalhadoras e, em perspectiva para a licença parental. Lutar para que o auxílio

679 doença, por motivo de doença da pessoa da família, já garantida para o funcionário público, se estenda
680 também a todos os trabalhadores e trabalhadoras, através do regime geral da previdência social,
681 garantindo o direito ao afastamento do trabalho para cuidar das pessoas da família que estejam doentes
682 e dependam dos familiares. O Conselho repudia a violência parlamentar e legislativa, que promove o
683 desmonte de políticas públicas, e a retirada de direitos já garantidos na Constituição Federal, de mil
684 novecentos e oitenta e oito, chamando atenção para os graves impactos das reformas previdenciárias,
685 trabalhistas, e do congelamento dos gastos na área de saúde, para a sociedade brasileira, principalmente,
686 na vida e na saúde das mulheres. Todas as formas de violências institucionais, a que as mulheres estão
687 expostas, ao racismo institucional, à discriminação geracional, a violência obstétrica, a lesbofobia, a
688 bifobia, a transfobia, bem como a morosidade, em que essas violências estão sendo enfrentadas.
689 Destacamos também a proposta aprovada na Quarta Conferência Nacional de Política para as Mulheres,
690 que se refere à saúde da mulher, pela representatividade. Aprimorar a Política Nacional de Saúde para
691 Mulher, estruturando unidades hospitalares e de especialidades da saúde da mulher, na rede pública,
692 para o atendimento humanizado e qualificado de todas as mulheres, em todas as fases do seu ciclo de
693 vida, levando em conta suas necessidades: negras, imigrantes, dependentes químicos, encarceramento,
694 idosos, em situação de rua, com deficiência, lésbica, transexuais, ciganas, indígenas, de campo, floresta,
695 entre outras. Incluir, nessa atenção, a humanização no atendimento à saúde das mulheres, no período da
696 gestação, parto e puerpério. À saúde mental das mulheres, em especial, pelo auto índice de uso de
697 medicamentos e drogas, à HIV AIDS, em função do aumento da epidemia entre as mulheres, e a
698 transmissão vertical. Câncer de mama. E adaptação de todos os espaços de atenção à saúde das mulheres,
699 para assegurar acessibilidade universal das mulheres com deficiência. Aprimorar as campanhas de
700 educação para a saúde, prevenção às doenças que afetam mulheres. Promover ação para erradicar e
701 punir a violência obstétrica, em cumprimento efetivo da Lei Federal, onze mil cento e oito / dois mil e
702 cinco, que garante à parturiente, o direito à presença do acompanhante durante o trabalho da parte, e
703 pós-parto, mediante sua escolha, através de mecanismo de políticas para as mulheres, em conjunto com
704 o Conselho de Saúde, Ministério da Saúde, fóruns específicos, Ministério Público e organizações do
705 movimento social. Garantir formação continuada para as parteiras tradicionais. Articular o Ministério da
706 Saúde, estudos científicos sobre o escarpelamento de mulheres no Amazonas. Fortalecer e garantir a
707 oferta de hormônio terapia para todas as mulheres transexuais, com acompanhamento de médico
708 endocrinologista. Instaurar norma técnica em internação hospitalar de travestis e mulheres transexuais,
709 em respeito ao nome social e identidade de gênero. Desenvolver campanhas educativas sobre práticas
710 anticoncepcionais e preventivas, que falam de todos os métodos disponíveis, inclusive, do preservativo
711 feminino, tendo como público alvo, principalmente, lésbicas jovens e adolescente. Deve ser concebida
712 em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres, saúde, educação, desenvolvimento social e
713 esporte. Fortalecer as ações de controle dos canceres de colo de útero, de mama, de redução de
714 maternidade materno infantil, direitos sexuais reprodutivos, buscando trabalho intersetorial e
715 transdisciplinar. Fazer cumprir a Lei de Planejamento Familiar, universalizando o serviço que fornece
716 informações de acesso aos métodos anticonceptivos, de modo que mulheres, homens e adolescentes,
717 tenham condição de escolha e acompanhamentos adequados. Modificar a Lei de Planejamento Familiar,
718 que exclui os formulários, o campo, que determina o consentimento do marido, para que as mulheres
719 possam se submeter à laqueadura tubária. Desenvolver campanhas de esclarecimento sobre o racismo
720 institucional na atenção à saúde pública, como fato de agravos físicos, psicológicos e produção de loucura,
721 negação de identidades, com a criação das ouvidorias externas. Resgatar experiências bem-sucedidas, e
722 criar novas experiências de parceria, entre o Programa da Mulher, com o Programa de Saúde da Escola,
723 criando canais de diálogo sobre o papel da escola na discussão e informação sobre sexualidade e
724 reprodução, para meninos e meninas, com foco na contracepção, na prevenção de DST AIDS, e na

725 gravidez. Criar o centro de referência de atendimento à saúde da mulher com deficiência, por profissionais
726 capacitados para este segmento, com equipamentos adaptados, mesas de exames ginecológico, maca
727 rebaixadas, balanças para pesagem de cadeirante, interprete, libras, e material informativo em libras e
728 braile. Trabalhar com foco na garantia e apreensão dos direitos reprodutivos, e pelo reforço da ampliação
729 dos serviços de aborto legal, e de atendimento humanizado para as mulheres que chegam às unidades de
730 saúde, em processo de abortamento. Garantir acesso à interrupção da gravidez, de acordo com os
731 permissivos legais. Garantia plena e efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher,
732 combatendo a violência institucional e saúde da mulher, em todas as instâncias de atendimento público
733 e privado, efetivando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, com ampliação do acesso a métodos
734 contraceptivos. Revisão do código penal que criminaliza o aborto, garantindo às mulheres o direito do
735 aborto seguro, e da rede pública, bem como ao pronto atendimento dos casos preventivos da legislação
736 atual. Superar os desafios, no tocante ao fortalecimento da saúde, com igualdade para todos,
737 investigando os pontos com mais dificuldade à implementação de tal política. Formar agente de saúde no
738 oferecimento de serviço de atendimento humanizado, em território indígena. *Aí, a lista de presença. **Aí,***
739 *acaba a carta, tchau, obrigada, foi um prazer estar com vocês. **Irina** – Podemos encerrar? Essa carta vai*
740 *sair como assinada pelo CNDM. Quero lembrar, eu, particularmente, na minha militança, minha formação*
741 *que, qualquer relatório dessa natureza, teria que passar por deliberação. Porque, consta a assinatura de*
742 *todo mundo nele. Significa que há aprovação do documento. É isso? Não temos quórum para fazer essa*
743 *aprovação. Esse documento vai ser entregue, é preciso que tenhamos isso muito claro. É um documento*
744 *sério, que traz várias recomendações, que envolve questores que merecem, que sejam bastante*
745 *avaliadas. Mas, eu sigo a orientação do que foi dito. Nós encerramos, e deve constar - um minutinho, vou*
746 *passar a palavra para a **Tamile** – em ata, que a carta apenas foi lida em plenário. **Tamile** – Só para constar*
747 *– **Tamile**, da Casa Civil -, assinamos a lista de presença na parte da manhã, e essa carta ainda não tinha*
748 *sido confeccionada. Eu entendi que era uma lista de presença e, não, uma lista de assinatura da carta.*
749 *(Intervenção fora do microfone). Mas está vinculada à carta. E isso preocupa, especialmente, o Governo.*
750 *(Intervenção fora do microfone). Eu entendi, **Cris**, eu concordo com você. Mas, dá a entender, de fato*
751 *que, como não fizemos uma votação, que quem assina, subscreve o conteúdo da carta. Isso é bastante*
752 *preocupante, embora eu concorde com tudo. **Irina** – Posso dar uma sugestão? Se alterarmos o início,*
753 *pode ser que os representantes... colocando, os representantes da Sociedade Civil, do Conselho Nacional*
754 *dos Direitos da Mulher, durante a Conferência Livre... (Intervenção fora do microfone). É isso, mas isso é*
755 *uma situação que a **Rosário** colocou que é isso. O Governo assina a lista de presença, anexada àquela*
756 *carta, significa concordância com o conteúdo dela. Ela sairá com aqueles nomes, todas aquelas pessoas*
757 *participaram e concordaram com o teor dessa carta de recomendação. É uma carta que vai ser entregue,*
758 *anexada aos documentos da Conferência. Então, aquela assinatura, naquela lista de presença, significa*
759 *concordância com o conteúdo da carta. Se não for isso, vamos ter que fazer uma ressalva sobre esse*
760 *documento. Aqui, ainda tem membros do Governo, tem membros da sociedade civil, tem pessoas que*
761 *concordam, que discordam, não sei, que eu gostaria de ouvir a manifestação. Não temos mais quórum*
762 *para deliberar esse documento, que isso fique bem claro, e podemos fazer esse adendo, que a **Rosário***
763 *fez, que é um documento da sociedade civil. **Interlocutor não se identificou** – Como sugestão, **Cris**, se*
764 *fizéssemos um preâmbulo explicativo de como as coisas aconteceram. (Intervenção fora do microfone).*
765 *Desculpe, querida. Pode falar então, se a sua... (Intervenção fora do microfone). Fazemos um preâmbulo*
766 *do documento, dizendo que realizamos uma Conferência Livre, e que os assuntos abaixo foram debatidos*
767 *com a presença da doutora **Carmem**, etc. Pronto, não compromete ninguém, não falou que ninguém*
768 *propôs nada, e elenca tudo o que conversamos aqui. Penso que não compromete ninguém. Os assuntos*
769 *foram abordados. Pronto, acabou. **Irina** – Eu quero manifestar a minha posição. Eu tenho pontos*
770 *discordante de mérito, em questões que foram colocadas aqui. Quero, também, manifestar minha*

771 posição como representante da SPM, na condução dos trabalhos. Mas, não assino esse documento. É isso.
772 Eu gostaria também, de deixar isso claro, gostaria de até de fazer outras. Mas, apenas que isso consta do
773 documento, que a representante da SPM, na leitura final da carta, apenas conduziu os trabalhos finais da
774 mesa, e não assina a carta que foi apresentada. **Chopeli** – Gente, está tendo uma confusão. A carta... que
775 não era carta, seria um relatório de inclusão de informações que teria de manhã. **Irina** – Só um
776 momentinho Chopelin, vamos lá, vamos recapitular. Como está escrito em cima da carta: Conferência
777 Livre do CNDM, do Conselho. Todos que estavam presentes, participaram da confecção deste relatório,
778 que será utilizado como sugestão para a segunda Conferência Nacional de Saúde para as Mulheres. É isso
779 que eu quero dizer. Ali, tem pontos... participamos, eu aqui, quem é do Governo, também vai se
780 manifestar, da discussão, de ouvir, de tudo. Mas, ao ser apresentada a carta, como da Conferência Livre
781 do Conselho Nacional, significa que todas nós estamos de acordo com o que está colocado ali. É isso que
782 eu quero deixar... de que maneira, então, nós podemos fazer a leitura, de que o Governo se posiciona
783 contrário a algumas sugestões que estão... ou todas. (Intervenção fora do microfone). A Rosário quer
784 falar. Por favor. **Rosário** – Eu acho que precisa mudar o início da carta, para deixar claro que não é uma
785 proposição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como um todo. Primeiro, porque, se eu não
786 estiver enganada, a proposta que a Carmem fez, ao abrir a reunião, isso pode ser pego na degravação, é
787 de que se escolhesse um ponto, um eixo, alguma coisa, para debate. E, me lembro bem, porque anotei,
788 que ela começou falando do eixo três, que era de vulnerabilidade nos ciclos de vida das mulheres, na
789 Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. E eu elenquei, nas minhas anotações, alguns
790 tópicos. O que aparece no documento não são tópicos, são proposições, metas. Tanto que coloca o início
791 de todas as palavras, está com verbo, como se fosse “faça isso”. E não foi isso que discutimos. **Tamile** –
792 Deixa eu falar rapidinho, Mara. Só para deixar registrado que eu também não vou assinar a carta – Tamile,
793 da Casa Civil -, pelos motivos já expostos muito bem, pela Rosário. Eu entendi que, de manhã, tivemos
794 um debate e, que sairia dali alguma reflexão e, não, uma proposição. Porque, até o prazo de proposição
795 já se encerrou. Então, é isso. **Interlocutor não se identificou** – Mais num sentido propositivo mesmo.
796 Mesmo os verbos estando no infinitivo, que eu também tive a mesma impressão das representantes do
797 Governo, que fizéssemos um parágrafo no início, dizendo que aqui foi resultante de uma discussão. São
798 mais relatos do que propostas aprovadas. Se deixarmos isso claro no início da carta, acho que facilita. Não
799 necessariamente, temos que assinar. É deixar claro que aquela lista de presença que está lá, é mais de
800 quem participou da discussão, deixar claro que não foi aprovada no pleno do Conselho. **Marina** – Minha
801 visão é que discutimos aqui, enquanto CNDM, enquanto uma agenda de coesão, de debate, saímos daqui
802 dissidentes. Não era essa a proposta. Então, vamos trabalhar no documento, de forma que tenhamos uma
803 posição coesa aqui. Porque, no momento, desconsiderar tudo que fomos, acho que não é isso. Acho que
804 temos um papel fundamental de discutir o que o CNDM considera relevante, como podemos... essa
805 preocupação com verbo, de que estamos. **Interlocutor não se identificou** – Eu queria que trabalhássemos
806 no documento, para ele ser do Conselho, tirando os pontos polêmicos. É a maior parte, gente. E,
807 reconhecemos que é uma visão conjunta de CNDM. Temos que trabalhar no consenso e na união, aqui
808 também. **Interlocutor não se identificou** - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CNDM, órgão
809 colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com atuação no controle social de políticas públicas e de
810 igualdade de gênero, e na formulação e proposição de diretrizes para ação governamental, voltada à
811 promoção do direito das mulheres, realizou, no dia primeiro de agosto, de dois mil e dezessete, a
812 Conferência livre de saúde das mulheres, e recomenda as seguintes proposições. (Intervenção fora do
813 microfone). **Interlocutor não se identificou** – vamos lá. Desenvolver ações que contemplem a saúde
814 mental de mulheres idosas. (Intervenção fora do microfone). Desenvolvimento de ações. (Intervenção
815 fora do microfone). Desenvolvimento de ações que contemplem a saúde mental e física dos
816 trabalhadores. (Intervenção fora do microfone). Respeito às diversidades e pluralidades, sem problema.

817 (Intervenção fora do microfone). **Interlocutor não se identificou** – O que eu tinha anotado aqui, é que o
818 aborto inseguro é a quarta causa de morte materna. Frase dela. Frase da Carmem. Ela também disse que,
819 noventa por cento das mortes maternas, seriam evitadas se as mulheres fizessem o pré-natal, o
820 planejamento familiar, e os tratamentos preventivos. (Intervenção fora do microfone). Acho que teria que
821 colocar essa questão de que o aborto inseguro é a quarta causa de mortalidade materna. E, entendo que,
822 em vez de colocar “necessidade de que haja posicionamento”, é “necessidade de se discutir as questões
823 de aborto inseguro, tendo em visto que é a quarta causa de morte materna”. (Intervenção fora do
824 microfone). Inclusão do recorte de gênero... (Intervenção fora do microfone). Está repetindo.
825 (Intervenção simultânea). Cris, tira o “passando de quatro para seis”. Ficou: a importância de ampliar a
826 licença maternidade, no regime geral, passando de quatro para seis meses, para todas as mulheres
827 trabalhadoras e, em perspectiva. (Intervenção fora do microfone). A carta não precisa ser na primeira
828 pessoa do plural: “também foram destacadas as resoluções para a quarta Conferência”. **Interlocutor não**
829 **se identificou** – Eu queria dar um recado. Quem puder... eu vou me inscrever, a Irina também, para o
830 Fazendo Gênero. Vamos tentar ir aqui atrás, me deram o CPF, eu vou tentar fazer por aqui. Caso não
831 consiga, eu vou ter que ir lá. **Irina** – Gente, a gravação está sendo feita. Eu queria agradecer a todas, em
832 nome da secretária Fátima, dou por encerrada essa reunião. Obrigada. Boa noite. **(Fim do segundo dia)**.